

## Em defesa do meio ambiente ou das madeireiras?

O ministro das Indústrias Primárias da Malásia esbravejou ao ouvir denúncias de devastação da floresta amazônica contra grupos asiáticos. Ele garantiu que, se houver um empresário malaio no País agindo em desacordo com a legislação e as autoridades brasileiras não o prenderem, o levará para a Malásia e o colocará atrás das grades. O ministro vai ter trabalho para cumprir sua promessa. Em agosto, a Amaplac S.A. Indústria de Madeira, do Grupo WTK Organization, foi multada em R\$ 91.140,00 por vender 8,2 mil metros cúbicos de madeira sem a Autorização de Transporte de Produtos Florestais — a prova de que o produto foi retirado de área de manejo florestal. Dois meses antes, a empresa pagara multa pelo mesmo motivo.

O ministro está mal informado. Disse ter apenas conhecimento de que a WTK teria comprado 300 hectares com florestas, mas não havia extraído nenhuma árvore, por estar à espera da autorização do plano de manejo florestal. O plano foi suspenso pelo Ibama em outubro porque a empresa não apresentou estudo sobre impacto ambiental. Pode até ser que o Grupo WTK não tenha

derrubado árvores, mas comprou a produção de terceiros ignorando a legislação do País. A organização, que investirá US\$ 18 milhões no setor, é também dona da Serraria Amaplac, uma empresa falida, conforme o ministro. Não é verdade. A Amaplac produz 3,2 mil metros cúbicos de laminados por mês, trabalhando em dois turnos.

Trabalha no mesmo ritmo alucinante com que as demais organizações asiáticas assumiram o setor madeireiro na Guiana, onde a produção quintuplicou entre 1991 e 1996. Lá, como aqui, as madeireiras asiáticas se dedicam à produção de compensados. Assustado com a perda de controle da situação, o governo da Guiana decretou moratória de três anos, protelando novas concessões até que se chegue a uma política ambiental e a uma legislação eficiente para a exploração florestal. A falta de manejo apresenta um declínio assustador da presença do louro e do pau-roxo nas florestas daquele país, assim como vem ocorrendo com o mogno no Brasil. O controle é necessário.

O ministro culpou a imprensa pela imagem negativa que a Malásia ganha com as denún-

cias contra as madeireiras. Para ele, os jornalistas têm "ciúme do sucesso das empresas asiáticas". Nem jornalistas nem o restante da sociedade brasileira reduzem a situação a uma cena de ciúme. É muito mais sério, quando se tem por proteção uma legislação frágil como é a brasileira e uma política ambiental trágica.

Há quatro meses o presidente da República assinou uma portaria restringindo de 50% para 20% a área de floresta

que pode ser desmatada na Amazônia. Assinou também um decreto proibindo por dois anos novas concessões e autorizações para exploração do mogno e da virola e instituindo a revisão das autorizações concedidas até então. Uma medida aparentemente coerente diante dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que mostram o crescimento de 0,3% para 0,4% no desmatamento da Amazônia.

Mas o bom senso durou pouco. O próprio governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, enviou no início deste mês às autoridades ame-

ricanas um documento requerendo que o mogno da Amazônia não seja incluído na lista de produtos naturais ameaçados de extinção, como quer a Conferência Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites), organismo da ONU. A justificativa é que o

País estaria prejudicado no mercado internacional de madeira. Ora, o governo precisa decidir se quer ou não proteger a floresta amazônica e estabelecer quais

os valores a serem respeitados — o mercado de madeira ou o meio ambiente?

As autoridades brasileiras se explicam dizendo que, com isso, estariam mostrando à comunidade internacional que há controle da exploração. Desde quando o País tem fiscalização suficiente para garantir esse controle? A ajuda que a Cites daria seria infinitamente mais eficiente do que qualquer portaria criada nos gabinetes de Brasília. Principalmente porque estamos tratando de uma região de 1,5 milhão de quilômetros quadrados fiscalizados por apenas 52 homens.

### **Política ambiental trágica e de interesses contrários impede proteção da Amazônia**

2/12/96  
OESP